

Programa de FH promete investimento de 214,9 bilhões no próximo mandato

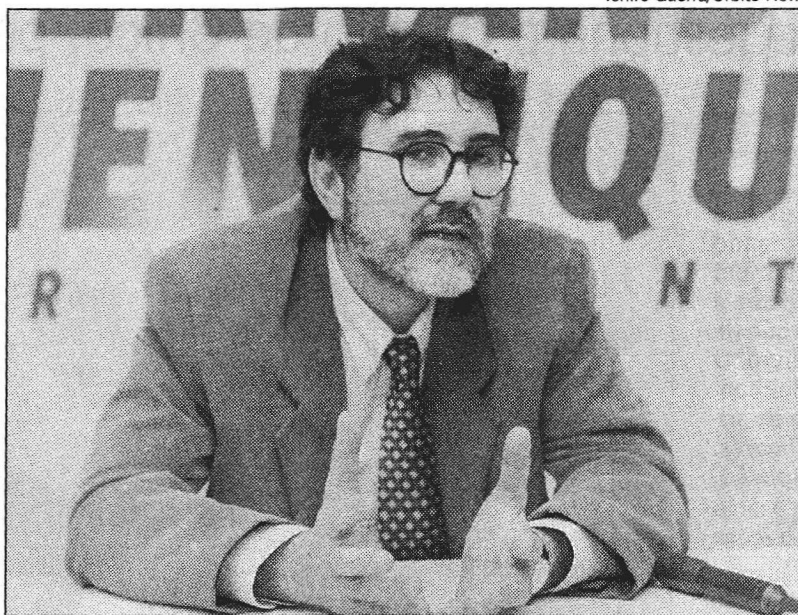
Objetivo maior é criar empregos, mas projetos já em andamento terão prioridade

• BRASÍLIA. Nos quatro anos do novo mandato, se for reeleito, o presidente Fernando Henrique Cardoso promete investir R\$ 214,9 bilhões em 1.099 obras de infra-estrutura, que vão gerar empregos e minimizar o maior problema social deste primeiro mandato. A meta foi divulgada ontem pelo coordenador de Programa de Governo, Carlos Américo Pacheco, com 11 cadernos elaborados para servir de base de discussão para o próximo plano de governo. O comitê apressou a divulgação depois dos rumores de que esperava as propostas do adversário Luiz Inácio Lula da Silva para copiá-las.

A pressa foi tanta que, no caderno de reforma agrária, o balanço afirma que o Governo desapropriaria até o fim de 1998 mais de oito milhões de hectares, o equivalente a 26 vezes o território da Bélgica. Na verdade, 26 vezes o território da Bélgica equivalem a 79,3 milhões de hectares. O erro foi corrigido.

Dados do programa fazem radiografia do desemprego

Os dados fazem uma radiografia do desemprego e apresentam a previsão de investimentos em obras que vão gerar postos de trabalho de 1998 a 2002. No caderno que trata do Nordeste, o Governo anuncia a intenção de iniciar as obras de transposição do Rio São Francisco no ano que vem, com o custo de R\$ 1 bilhão e término previsto em quatro anos. Na educação, foi anunciado que o Governo superou a meta de dar escolaridade a 95% das crianças



CARLOS PACHECO, coordenador do programa de governo do candidato

de 7 a 14 anos, o que só seria alcançada em 2003.

— A geração de emprego continua sendo prioridade não só do Governo Fernando Henrique, mas dos governos do mundo inteiro. Os estudos indicam que houve grande impacto do desemprego nas faixas de escolaridade menor e entre a população jovem que está ingressando no mercado de trabalho. Isso significa que menos chefes de família foram afetados. Um dos pontos centrais do programa de governo são os projetos de investimentos do setor público e privado para induzir a geração de emprego e renda — disse Pacheco.

Só para 97/98 a previsão de investimentos para as obras do Brasil em Ação é de R\$ 65 bilhões, de capital público e privado. Para

os quatro anos seguintes, os R\$ 214,9 bilhões seriam aplicados.

Fernando Henrique já disse que ninguém precisa esperar grandes novidades no programa de governo para a geração de empregos. Com os recursos que serão aplicados em infra-estrutura e reestruturação do setor produtivo, o Governo vai financiar programas já em andamento.

Este ano, por exemplo, serão gastos R\$ 2,5 bilhões para concessão de pequenos empréstimos, R\$ 6 mil para cada beneficiário, através do Proger (Programa de Geração de Emprego e Renda) e do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Mais R\$ 1 bilhão serão gastos até o fim do ano com o Planfor (Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador), pa-

ra o treinamento de 5,8 milhões de trabalhadores.

Na área de investimentos externos, que também ajuda na criação de empregos, as metas são igualmente ambiciosas. Mesmo com a crise mundial das bolsas, o Governo espera receber em 98/99 R\$ 22,2 bilhões, R\$ 18,2 bilhões para o setor automotivo e R\$ 4,8 bilhões para habitação e saneamento.

Pacheco apresentou o balanço do que está sendo feito em agricultura, emprego, ciência e tecnologia, justiça e cidadania, política urbana, desenvolvimento regional, Programa Comunidade Solidária, educação, assistência social, infra-estrutura e Nordeste.

Governo diz que já investiu R\$ 10 bilhões na área social

Pelo balanço da área social, o Governo teria investido até agora mais de R\$ 10 bilhões em programas de combate à pobreza. Os dados mostram que, através do Prodea (Programa de Distribuição de Alimentos), Fernando Henrique quintuplicou o número de cestas básicas distribuídas, passando de três milhões para 15 milhões, pretendendo chegar a 30 milhões até o fim de 98.

Na política urbana, o destaque foi para a mudança de comportamento do Governo em relação à concessão de crédito para aquisição de moradias. Em vez de entregar os recursos para as construtoras, que abusam dos consumidores na hora de fixar o preço do imóvel, as cartas de crédito estão sendo entregues diretamente aos cidadãos. ■

Ichiro Guerra/Orbito News